

os Contratos de Trabalho em Funções Públicas — Termo Certo, para exercerem funções como Assistentes Convitados:

Dr. João Miguel Moreira Pereira, desde 02/05/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Jorge Vitor Lázaro Correia, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Maria Isabel Fernandes de Vasconcelos Dias, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Henrique Guilherme R. Vasconcelos Dias, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. António Fernandes Menezes da Silva, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. José Manuel Palma Reis, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Ana Paula Fernandes Soares, desde 01/03/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Ana Maria de Almeida Paiva Fernandes Rodrigues, desde 01/03/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Rui Paulo Marques Carvalho Oliveira, desde 01/06/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Ana Filipa Matos Beja Osório, desde 01/06/2013 com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Maria Alexandra Vieira Pinto Marques, desde 19/04/2013 com remuneração correspondente a 30 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Alexandre Rainha Silva Campos, desde 01/04/2013 com remuneração correspondente a 30 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr.ª Isabel Maria Simões Gaspar Rodrigues, desde 01/02/2013 com remuneração correspondente a 20 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. Gustavo Nobre de Jesus, desde 02/04/2013 com remuneração correspondente a 10 % da categoria de assistente no índice 140 da carreira docente universitária;

Dr. David Samuel Cordeiro de Sousa, desde 02/04/2013 como Monitor com remuneração correspondente a 40 % da categoria de assistente estagiário, no índice 100 da carreira docente universitária;

28/01/2013. — O Secretário, *Dr. Luís Pereira*.

206714977

UNIVERSIDADE DO MINHO

Aviso n.º 1695/2013

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Universidade do Minho — Carreira e categoria de Técnico Superior

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a nova redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, por despacho de 29 de outubro de 2012 do Reitor da Universidade do Minho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Universidade do Minho, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ref.º CIT—7/12—EEG(1).

2 — Considerando a dispensa temporária de obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), não foi efetuada a consulta prevista no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

3 — Local de trabalho: Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, em Braga.

4 — Caracterização Sumária do Posto de Trabalho: O posto de trabalho caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira geral de Técnico Superior, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º

da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, designadamente atividades relacionadas com a elaboração de estudos de conceção e de adaptação de métodos e processos científico-técnicos, no âmbito da análise da empregabilidade dos licenciados no mercado de trabalho e implementação de inquéritos e análise dos respetivos resultados aos atuais alunos, utilizando ferramentas de análise estatística. Também serão desenvolvidas atividades no âmbito da melhoria da qualidade dos projetos de ensino e apoio às ações de acreditação e avaliação dos cursos, na observância da legislação específica aplicada ao ensino superior universitário, com vista a informar a decisão superior.

5 — Requisitos de Admissão: Podem candidatar-se ao presente procedimento indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, reúnam, para além de outros que a lei preveja, os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a saber:

- Possuam nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Tenham 18 anos de idade completos;
- Não estejam inibidos do exercício de funções públicas ou não estejam interditos para o exercício das funções que se propõem desempenhar;
- Possuam a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Tenham cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6 — Nível Habilitacional: possuir grau de Licenciatura em Administração Pública, Economia, Gestão, Relações Internacionais, ou áreas afins, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional;

7 — Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o recrutamento é circunscrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

8 — Impedimento de admissão: Em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Universidade do Minho, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

9 — Posicionamento remuneratório: Nos termos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, salvaguardando-se que, de acordo com as disposições legais enunciadas, aos candidatos que se encontrem na categoria correspondente ao posto de trabalho publicitado, não lhes pode ser proposta uma posição remuneratória superior à auferida.

A posição remuneratória de referência é a 2.ª, a que corresponde o nível remuneratório 15 da carreira unicolorial de técnico superior, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

10 — Formalização das candidaturas: As candidaturas são obrigatoriamente apresentadas mediante preenchimento, com letra legível, do formulário tipo de candidatura aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009, e disponível na página eletrónica da Universidade do Minho, no endereço <http://intranet.uminho.pt>, podendo ser entregues pessoalmente na Direção de Recursos Humanos, sita no Largo do Paço, 4704-553 Braga, das 10H às 12H e das 14H às 16H, ou remetidas por correio, registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o mesmo endereço.

11 — No presente procedimento não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

12 — Documentos que devem acompanhar o formulário tipo de candidatura:

- Curriculum Vitae* detalhado;
- Documentos comprovativos das habilitações literárias, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009;
- Documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração;
- Fotocópia do cartão de contribuinte;
- Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual conste, de maneira inequívoca, a modalidade de relação jurídica de emprego público e a antiguidade na carreira e na Administração Pública, com descrição detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, com indicação da posição e nível remuneratório correspondente à remuneração auferida;

f) Comprobativos das avaliações do desempenho relativas aos três últimos anos;

g) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

Os candidatos pertencentes à Universidade do Minho ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, a não apresentação dos documentos referidos determina a exclusão do candidato, se a falta dos mesmos impossibilitar a sua admissão ou avaliação.

O júri pode, por sua iniciativa ou a requerimento do candidato, conceder um prazo suplementar razoável para apresentação dos documentos exigidos quando seja de admitir que a sua não apresentação atempada se tenha devido a causas não imputáveis a dolo ou negligência do candidato.

13 — Métodos de Seleção: De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, face às necessidades funcionais acima referenciadas e à importância que assume o seu célere suprimento no contexto do regular funcionamento de áreas vitais da Universidade, o presente recrutamento tem, pois, caráter urgente. Assim, nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, deverá ser utilizado apenas um método de seleção obrigatório — prova de conhecimentos — complementado com um método de seleção facultativo — entrevista profissional de seleção.

A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta da seguinte fórmula:

$$CF=70 \%PC + 30 \%EPS$$

13.1 — Caso os candidatos se encontrem na situação do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado) os métodos de seleção são — avaliação curricular — complementado com um método de seleção facultativo — entrevista profissional de seleção, a não ser que o candidato os afaste por escrito.

A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta da seguinte fórmula:

$$CF=70 \%*AC + 30 \%*EPS$$

sendo:

CF = Classificação Final;
PC = Prova de Conhecimentos;
AC = Avaliação Curricular;
EPS = Entrevista Profissional de Seleção

Tendo em conta a celeridade necessária em razão da urgência deste recrutamento, os métodos de seleção serão utilizados de forma faseada, conforme disposto no artigo 8.º da referida Portaria, e assumem caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham valor inferior a 9,5 valores em cada método de seleção, o que determina a sua não convocação para o método seguinte.

14 — A Prova de Conhecimentos será de natureza teórico-prática, de forma escrita, com consulta, visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função, terá a duração de 90 minutos e versará sobre a seguinte legislação e bibliografia:

Despacho n.º 8585/2010, de 26 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 98, de 20 de maio de 2010

Estatutos da Universidade do Minho (Despacho Normativo n.º 61/2008, D.R., 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2008)

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro

Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro

Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto

Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro.

Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março

Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de maio.

Stata, 2011. “*Getting Started with Stata for Unix*”. Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*User’s Guide*”, Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*Data-Management*”, Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*Base Reference*”, Volume 1 (A-F), Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*Base Reference*”, Volume 2 (G-M), Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*Base Reference*”, Volume 3 (N-R), Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

Stata, 2011. “*Base Reference*”, Volume 4 (S-Z), Stata Press Publication, StataCorp LP, College Station, Texas

15 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16 — A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, as atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente:

Doutor Manuel José Rocha Armada, Professor Catedrático
Vogais Efetivos:

Doutora Carla Angélica Silva Pinto Sá, Professora Auxiliar
Mestre Aleida Lopes Vaz Carvalho, Secretária de Escola

Vogais suplentes:

Doutor Artur Jorge Pereira Rodrigues, Professor Auxiliar
Dr. Fernando Manuel Almeida Alexandre, Professor Associado

O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

19 — Exclusão e Notificação dos Candidatos: Os candidatos excluídos são notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário tipo para o exercício do direito de participação aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, do Ministro de Estado e das Finanças, disponível na página eletrónica da Universidade do Minho, no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

20 — Os candidatos aprovados no método de seleção obrigatório são convocados para a realização do método complementar através de notificação feita por uma das formas previstas no número anterior.

21 — A lista unitária, depois de homologada, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada nas instalações da Universidade do Minho sitas no Largo do Paço, em Braga e disponibilizada na sua página eletrónica no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

22 — Quotas de Emprego: De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos devem declarar no ponto 8.1 do formulário de candidatura, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do diploma supra mencionado.

23 — Em tudo que não se encontre previsto no presente aviso, o procedimento rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com a nova redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Constituição da República Portuguesa e Código do Procedimento Administrativo.

18 de janeiro de 2013. — O Administrador, *Pedro J. Camões*.

206715819